

PROVA SELETIVA OBJETIVA – SELAÇÃO DE ESTAGIÁRIOS DA PRFN DA 5ª REGIÃO

CONSTITUCIONAL

- 1) Conforme o princípio da legalidade tributária, a União somente pode criar ou majorar tributos por meio de lei em sentido estrito, salvo, dentre outras:
 - a) O aumento de base de cálculo do imposto de importação, por meio de resolução do Senado;
 - b) A majoração da base de cálculo do imposto de exportação, por meio de decreto legislativo;
 - c) A alteração da alíquota do IPI, por meio de ato do Poder Executivo, obedecidas as condições e os limites definidos em lei;*
 - d) A redução da alíquota da CIDE-combustíveis, por meio de resolução da Câmara Federal.
- 2) Assinale a opção correta:
 - a) É vedada a instituição de qualquer contribuição social aos Estados;
 - b) A União, ao majorar a alíquota da Cofins, está adstrita à obediência da anterioridade geral (art. 150, III, b, da CF);
 - c) As contribuições destinadas à Seguridade Social se submetem à noventena, somente entrando em vigor 90 dias após a data da publicação da lei; *
 - d) As contribuições vertidas em prol da Previdência Social, incidentes sobre a remuneração dos segurados, estão sujeitas ao princípio da anualidade tributária.
- 3) Em relação às contribuições sociais destinadas à seguridade social:
 - a) Os Estados não podem instituir contribuições previdenciárias para o custeio do sistema previdenciário próprio dos seus servidores;
 - b) O STF sempre entendeu constitucional a incidência da Cofins sobre as receitas financeiras, em qualquer caso;
 - c) É possível a cobrança de contribuição previdenciária dos aposentados do regime geral da Previdência Social;
 - d) As contribuições sociais destinadas à seguridade social poderão ter base de cálculo e alíquotas diferenciadas, em razão da utilização intensiva de mão de obra.*
- 4) Conforme o entendimento do STF e da maioria da doutrina, são espécies de tributo somente:
 - a) Taxas, impostos e preço privado;

- b) Preço público, impostos e tarifa;
 - c) Taxas, contribuições especiais, contribuições de melhoria, impostos e empréstimos compulsórios;*
 - d) Impostos e taxas.
- 5) Assinale a alternativa correta:
- a) As taxas não poderão ter base de cálculo integralmente idêntica à de impostos;*
 - b) Lei ordinária disciplinará regras gerais sobre prescrição e decadência;
 - c) Compete à União instituir os tributos de competência municipal nos territórios federais, mesmo que estes sejam divididos em Municípios;
 - d) Os Estados são imunes à incidência de taxas instituídas pela União, em razão da imunidade recíproca.

ADMINISTRATIVO

- 6) Com relação à anulação e revogação dos atos administrativos:
- a) Inexiste prazo para a Administração Pública anular seus atos administrativos eivados de ilegalidade dos quais decorram efeitos favoráveis para os destinatários, quando estes tiverem agido de má-fé;*
 - b) A Administração Pública não pode anular seus atos administrativos ilegais, devendo socorrer-se do Poder Judiciário para tanto;
 - c) Os atos administrativos ditos vinculados podem ser revogados sempre que for conveniente e oportuno para a Administração Pública;
 - d) A revogação de um ato administrativo produz efeitos *ex tunc* e não deve respeitar direitos de terceiros.
- 7) Quanto aos atos administrativos, assinale a alternativa correta:
- a) São atos administrativos vinculados, aqueles em que o administrador público é dotado de uma liberdade para decidir sobre a conveniência e a oportunidade de agir;
 - b) Nos atos administrativos discricionários, todos os seus elementos constitutivos estão previamente previstos em lei, não se deixando qualquer margem de liberdade ao administrador público;
 - c) Os atos discricionários, ao contrário dos atos vinculados, não estão sujeitos ao controle do Poder Judiciário, em razão do princípio da separação dos poderes;
 - d) Conforme a jurisprudência e doutrina mais recentes, o magistrado pode se valer do princípio da proporcionalidade e da razoabilidade para aferir a legalidade de um ato administrativo contestado judicialmente.*
- 8) Assinale a opção correta:

- a) Conforme entendimento consolidado no STF, é constitucional a exigência de depósito prévio para o conhecimento de recursos administrativos;
 - b) O contribuinte tem um prazo de 30 dias para impugnar auto de infração contra ele lavrado;*
 - c) Da decisão que julga a impugnação do contribuinte não cabe qualquer recurso;
 - d) Na sistemática do processo administrativo fiscal, os prazos se contam incluindo o dia de início e excluindo o dia do vencimento.
- 9) Conforme determina o Decreto nº 70.235/72:
- a) A nulidade de qualquer ato prejudica os posteriores, mesmo que dele diretamente não dependam;
 - b) Mesmo quando a autoridade julgadora puder decidir o mérito em favor do sujeito passivo a quem aproveita a declaração de nulidade, esta será declarada;
 - c) Compete à Câmara Superior de Recursos Fiscais julgar recurso especial, interposto pela parte interessada no prazo de 15 dias;*
 - d) Considera-se impugnada a matéria mesmo que o contribuinte não a conteste expressamente.
- 10) Marque a alternativa correta:
- a) Apesar de não constar expressamente na Constituição Federal, a Administração Pública obedecerá aos ditames da boa-fé nos processos administrativos;*
 - b) Não há na legislação brasileira qualquer menção expressa aos princípios da razoabilidade e da proporcionalidade, razão pela qual não devem ser observados pela Administração Pública;
 - c) É possível a avocação permanente de competência atribuída a órgão hierarquicamente inferior;
 - d) O ato de delegação de competência não pode ser revogado a qualquer tempo pela autoridade delegante.

PROCESSO CIVIL

- 11) Marque a alternativa correta:
- a) A Fazenda Pública não está sujeita aos efeitos materiais da revelia;*
 - b) A Procuradoria da Fazenda Nacional, numa contestação, deve impugnar especificadamente cada ponto alegado pelo autor, sob pena de se considerar verdadeiros os fatos alegados na inicial;
 - c) A Fazenda Pública possui prazo em dobro para contestar;

- d) Conforme entendimento consolidado no STJ, é possível a apresentação da reconvenção após o protocolo da contestação, desde que ainda haja prazo para tanto.
- 12) No que tange ao reconhecimento judicial da prescrição, assinale a alternativa correta:
- a) Tendo em vista que a prescrição é uma preliminar de mérito, o juiz somente dela deve conhecer na sentença;
 - b) Ao juiz, é vedado conhecer da prescrição de ofício;
 - c) Verificado indícios de prescrição, em face do princípio do contraditório e da ampla defesa, é salutar que o magistrado intime as partes para sobre ela se manifestarem;*
 - d) O juiz somente pode conhecer da prescrição caso seja alegada até a fase de saneamento do processo.
- 13) Devem ser alegados como preliminares na contestação, exceto:
- a) Inexistência ou nulidade da citação;
 - b) Inépcia da petição inicial;
 - c) Incompetência relativa;*
 - d) Conexão.
- 14) Em relação à revelia, assinale a alternativa correta:
- a) Revelia é a inexistência de contestação.*
 - b) Sempre que ocorra a revelia, considerar-se-ão verdadeiros os fatos alegados na inicial;
 - c) A Fazenda Pública pode ser revel, aplicando-se os efeitos materiais e processuais da revelia;
 - d) Sendo o réu revel, será desnecessária a intimação do réu dos demais atos processuais, mesmo que tenha procurador habilitado nos autos.
- 15) Quanto à petição inicial, é correto afirmar que:
- a) É inepta a petição inicial quando o juiz verificar a ocorrência da prescrição;
 - b) Faz-se necessário que o autor aduza os fatos e os fundamentos jurídicos do pedido, tendo o CPC adotado a teoria da substanciação da causa de pedir;*
 - c) Não pode haver cumulação de pedidos;
 - d) Não se faz necessário pedir expressamente a citação do réu, podendo o juiz, de ofício, determiná-la.
- 16) Em relação aos recursos, é INCORRETO afirmar que:
- a) A Fazenda Pública tem prazo em dobro para recorrer;

- b) Contra sentença, o recurso cabível é a apelação;
- c) Cabem embargos infringentes contra acórdão que reformou, por maioria, sentença que julgou extinto o processo sem julgamento de mérito;*
- d) Os embargos de declaração interrompem o prazo de interposição de outros recursos.

17) Ainda em relação aos recursos, assinale a opção correta:

- a) Contra decisão interlocutória sempre caberá agravo de instrumento, exceto quando a decisão recorrida ocorrer em audiência de instrução e julgamento, hipótese em que será cabível apenas o agravo retido;
- b) O agravo de instrumento será interposto junto ao juízo de primeiro grau, que o encaminhará ao tribunal competente após colhidas as contrarrazões;
- c) O agravo na forma retida é a regra, sendo a forma instrumental exceção, aplicável às hipóteses em que a decisão recorrida possa causar lesão grave e de difícil reparação, bem como nos casos de inadmissão da apelação e nos relativos aos efeitos em que a apelação é recebida;*
- d) O prazo para a Fazenda Pública agravar é de 30 dias.

18) Nos termos da Lei nº 6.830/80, julgue as assertivas abaixo:

- I) Os embargos opostos em face da execução fiscal serão sempre recebidos no efeito suspensivo, uma vez que a Lei nº 6.830/80 é lei especial, não se aplicando o CPC;
- II) A execução fiscal é o meio próprio para a Fazenda pública cobrar sua Dívida Ativa Tributária, não podendo, contudo, ser utilizada para cobrar dívidas não tributárias, ainda que devidamente inscritas em Dívida Ativa;
- III) O executado pode apresentar embargos à execução fiscal no prazo de 30 dias, contados do depósito;
- IV) Não são admitidos embargos à execução fiscal antes de garantida a execução.

Estão corretas:

- a) Todas as assertivas;
- b) I, II e IV;
- c) I e II;
- d) III e IV. *

19) Na execução fiscal, serão objeto de exceção apartada a alegação de:

- a) Prescrição;
- b) Decadência;

- c) Suspeição do magistrado; *
- d) Compensação.

20) A execução fiscal poderá ser promovida contra:

- I) Devedor;
- II) Fiador;
- III) Espólio;
- IV) Os sucessores a qualquer título.

Estão corretas:

- a) Todas as assertivas; *
- b) I, III e IV;
- c) I e II;
- d) I, II e IV.

TRIBUTÁRIO

21) Conforme a CF e o CTN:

- a) A União pode livremente instituir tributo que não seja uniforme em todo o território nacional;
- b) É vedado aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios estabelecer diferenças tributárias entre bens de qualquer natureza, em razão de sua procedência ou destino; *
- c) As imunidades tributárias podem ser previstas tanto na lei quanto na Constituição Federal;
- d) Compete ao Estado instituir o Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza.

22) Quais das alternativas abaixo não é tributo:

- a) Cofins;
- b) CSLL;
- c) IRPJ;
- d) Tarifa (preço público).*

23) Assinale a alternativa correta:

- a) Tributo é toda prestação pecuniária compulsória, em moeda ou em cujo valor nela se possa exprimir, instituída em lei, podendo constituir sanção por ato ilícito;

- b) Para qualificar uma espécie tributária é irrelevante a denominação e demais características formais adotadas pela lei;*
 - c) A atualização do valor monetário da base de cálculo de tributo constitui majoração, exigindo-se obediência ao princípio da anterioridade;
 - d) Salvo disposição em contrário, as decisões dos órgãos singulares ou coletivos de jurisdição administrativa, a que a lei atribui eficácia normativa entram em vigor 45 dias após a publicação.
- 24) Extingue o crédito tributário, exceto:
- a) Prescrição;
 - b) Decadência;
 - c) Pagamento;
 - d) Moratória;*
- 25) São causas suspensivas da exigibilidade do crédito tributário, exceto:
- a) Parcelamento;
 - b) O ajuizamento de ação anulatória;*
 - c) Depósito do seu montante integral;
 - d) Recurso administrativo.
- 26) Quais das alternativas abaixo não se configura como espécie de lançamento tributário:
- a) Lançamento de ofício;
 - b) Lançamento por homologação;
 - c) Lançamento por declaração;
 - d) DCTF.*
- 27) No concurso de preferência de créditos tributários entre pessoas de direito público:
- a) Os créditos dos Estados preferem aos créditos da União;
 - b) Os créditos da União têm preferência frente os créditos dos Municípios;*
 - c) Os créditos do Distrito Federal preferem aos dos Estados;
 - d) Os créditos dos Municipais das capitais preferem aos créditos dos demais Municípios, desde que do mesmo Estado.
- 28) No concurso de preferência de créditos, o crédito tributário:
- a) Prefere os créditos com garantia real em qualquer hipótese;
 - b) Não prefere aos créditos decorrentes da legislação do trabalho;*

- c) Prefere, na falência, aos créditos extraconcursais;
 - d) A penhora feita em uma execução civil de perdas e danos dá preferência ao crédito cobrado em detrimento do crédito tributário, caso a penhora tenha se dado anteriormente à instauração da execução fiscal.
- 29) Em relação à prescrição do crédito tributário:
- a) Prescreve em dez anos a ação de cobrança do crédito tributário referente a contribuições previdenciárias;
 - b) Todo e qualquer crédito tributário prescreve em cinco anos contados de sua constituição definitiva; *
 - c) O pedido de parcelamento de débito tributário não interrompe o prazo prescricional;
 - d) A prescrição tributária interrompe-se com a citação válida do executado.
- 30) Quanto ao lançamento tributário:
- a) É o único meio de constituir e cobrar o crédito tributário, de modo que é inviável a inscrição em dívida ativa de tributo não precedido de lançamento;
 - b) Reporta-se à data da ocorrência do fato gerador da obrigação;*
 - c) Aplica ao fato gerador a lei tributária vigente à época do lançamento;
 - d) Não se aplica ao lançamento a legislação que, posteriormente à ocorrência do fato gerador da obrigação, tenha instituído novos critérios de apuração ou processos de fiscalização.

QUESTÕES ABERTAS

- 1) Sem Rumo Ltda. ingressou com ação de conhecimento, em janeiro de 2010, em face da União (Fazenda Nacional), requerendo a nulidade dos débitos (não pagos) de Cofins, pertinente aos exercícios de novembro de 1998 e janeiro de 1999.

No que se refere à nulidade dos débitos dos exercícios de 1998 e 1999, articulou que se operou a decadência de lançamento da Cofins e(ou) a prescrição de sua cobrança. Aquela porque os arts. 45 e 46 da Lei 8.212/91, alusivo às contribuições previdenciárias, que previam o prazo de 10 (dez) anos para esse fim, foram tidos por inconstitucionais. E a prescrição de cobrança, porque também seria caso de se aplicar o montante de 05 (cinco) anos, tendo o executivo fiscal sido ajuizado apenas em 2009.

Citada a União Federal, o Procurador da Fazenda Nacional responsável constatou que a) relativamente ao exercício de novembro de 1998, a demandante, apesar de não ter pago a Cofins, apresentou nesse mesmo ano, para esse tributo, uma Declaração de Débitos e Créditos Tributários Federais; b) no que se refere ao exercício de 1999, o lançamento tributário datou de 13/03/2003, não tendo sido apresentada impugnação administrativa; c) o contribuinte aderiu a parcelamento tributário em julho

de 2003, no qual incluiu os débitos em questão e somente foi excluído em fevereiro de 2008.

Na posição de Procurador da Fazenda Nacional, analise o caso acima, manifestando-se conclusivamente sobre a ocorrência de decadência e/ou prescrição.

Disserte necessariamente sobre:

- a) Decadência nos tributos sujeitos ao lançamento por homologação;
- b) As formas de constituição dos créditos tributários sujeitos ao lançamento por homologação;
- c) Prescrição e decadência das contribuições sociais destinadas à seguridade social;
- d) A posição do STJ sobre o tema.

GABARITO

| | | | | |
|------|-------|-------|-------|-------|
| 1) C | 7) D | 13) C | 19) C | 25) B |
| 2) C | 8) B | 14) A | 20) A | 26) D |
| 3) D | 9) C | 15) B | 21) B | 27) B |
| 4) C | 10) A | 16) C | 22) D | 28) B |
| 5) A | 11) A | 17) C | 23) B | 29) B |
| 6) A | 12) C | 18) D | 24) D | 30) B |